Art. 3.º Passam para o Clube Náutico dos Officiais e Aspirantes da Armada os benefícios e auxílios que o Estado concedia ao extinto Clube dos Aspirantes de Marinha.

Art. 4.º Fora do regime da vida escolar dos aspirantes e sem prejuízo da mesma, a direcção do Clube dirige livremente o exercício dos desportos náuticos, utilizando independentemente o material do Clube.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Marinha assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 3 de Junho de 1924.—MANUEL TEIXEIRA GOMES—*Fernando Augusto Pereira da Silva.*

Decreto n.º 9:759

Considerando que não existe actualmente o número suficiente de officiais especializados em electricidade e radiotelegrafia de patente inferior ao director dos Serviços de Electricidade e Comunicações para constituir a Comissão Técnica de Electricidade e Comunicações: hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que a referida Comissão Técnica de Electricidade e Comunicações fique provisoriamente constituída pelo lente da cadeira de electricidade e telegrafia da Escola Naval, pelos instrutores de telegrafia e de electricidade da Escola Prática de Torpedos e Electricidade, e pelos restantes officiais indicados no artigo 129.º do regulamento geral orgânico do Ministério da Marinha, aprovado pelo decreto n.º 9:720, de 23 de Maio de 1924, servindo de presidente o official mais graduado e antigo, e de secretário o menos graduado e antigo.

O Ministro da Marinha assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 3 de Junho de 1924.—MANUEL TEIXEIRA GOMES—*Fernando Augusto Pereira da Silva.*

Decreto n.º 9:760

Considerando que, enquanto não tiver maior desenvolvimento no país a indústria das construções navais da marinha mercante e de pescas e respectivas escolas, não há necessidade de empregar grande número de officiais nos correlativos serviços de inspecção e fiscalização e de repartição: hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que o inspector das Construções Navais da Marinha Mercante, designado no artigo 169.º do regulamento geral orgânico do Ministério da Marinha de 23 de Maio de 1924, acumule, provisoriamente, as funções de chefe da Secção de Fiscalização Naval Mercante com as de chefe das 2.ª e 3.ª Secções da 2.ª Reparti-

ção da Direcção da Marinha Mercante, indicadas no artigo 173.º do citado regulamento geral orgânico.

O Ministro da Marinha assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 3 de Junho de 1924.—MANUEL TEIXEIRA GOMES—*Fernando Augusto Pereira da Silva.*

Majoria General da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 4:064

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a lotação do torpedeiro *Lis* seja aumentada de três segundos artilheiros ou grumetes artilheiros.

Paços do Governo da República, 3 de Junho de 1924.—O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva.*

(Visto em 31-5-924).

Portaria n.º 4:065

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que o contra-torpedeiro *Tâmega* passe ao estado de meio armamento.

Paços do Governo da República, 3 de Junho de 1924.—O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva.*

(Visto em 31-5-924).

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral de Belas Artes

2.ª Repartição

Por ordem superior novamente se publica o artigo 5.º do decreto n.º 9:746, publicado no *Diário do Governo* n.º 119, 1.ª série, de 29 de Maio último:

Artigo 5.º O júri dos concursos, que será presidido pelo presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da circunscrição a que pertencer a vaga em aberto, é constituído por um vogal do referido Conselho, escolhido por essa colectividade, e por um vogal do mesmo ou doutro Conselho de Arte e Arqueologia, designado pelo Ministro da Instrução Pública.

Direcção Geral de Belas Artes, 2 de Junho de 1924.—O Director Geral, *Augusto César Ferreira Gil.*